



08/17

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DA EMPREI-
TADA **"BENEFICIAÇÃO DO EDIFÍCIO
DA ESCOLA PRIMÁRIA - GRANJA"**.

No dia um, do mês de Junho, do ano de Dois mil e dezassete, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, **Dr. Manuel Augusto da Silva Barreira**, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças da Câmara Municipal de Boticas e seu Oficial Público, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO:

MUNICÍPIO DE BOTICAS, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *municipio@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste ato legalmente representado pelo seu **Presidente da Câmara, Fernando Eirão Queiroga**, cartão de cidadão n.º 08431148 7ZY3, válido até 21/04/2018;

SEGUNDO:

ANTÓNIO ARRIBADA, UNIPessoal, LDA., com sede na rua Arrabalde de Baixo, n.º 1, Agrelas, 5460 - 491 S. Salvador de Viveiro, endereço electrónico *a.arribada@hotmail.com* e telefone n.º 934501377, NIF e matrícula 509 277 357 - Conservatória do Registo Comercial de Boticas, neste acto legalmente representada pelo seu gerente, com poderes para o acto, **António Claro Arribada**, NIF 208565256, cartão de cidadão n.º 10605207 2 ZZ1, válido até 11/02/2018, residente na rua Arrabalde de Baixo, n.º 1, Agrelas, 5460 - 491 S. Salvador de Viveiro, qualidade e poderes que verifiquei pela certidão permanente conforme consulta efectuada no sítio da internet <https://portaldempresa.pt>.

Verifiquei identidade do representante do primeiro outorgante, bem como a qualidade e poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, por conhecimento pessoal e a identidade do representante do segundo outorgante através da exibição do respectivo documento de identificação.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

Cláusula 1ª

Objeto do Contrato

O presente contrato tem por objeto a execução da empreitada **"Beneficiação do Edifício da Escola Primária - Granja"**, pelo preço de **Cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e cinco euros (59.235,00 €)**, que não inclui IVA à taxa legal em vigor, precedida de ajuste direto – regime geral e adjudicada ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 05 de Maio de 2017, em conformidade com o Caderno de Encargos, Memória Descritiva e Justificativa / Mapa de Quantidades e Peças Desenhadas e Escritas, Condições Técnicas e Plano de Segurança e Saúde desta empreitada, devidamente aprovados por despacho do Vice-Presidente da Câmara Municipal de 27 de Abril de 2017, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante, bem como da lista de preços unitários a ela anexa, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos e cujo conteúdo os outorgantes declaram conhecer perfeitamente, os quais ficam arquivados no maço de documentos referente ao presente contrato.

Cláusula 2ª

Prazo de Execução

A referida empreitada deverá estar concluída no prazo de **Noventa dias (90) dias**, a contar da data do auto de consignação dos trabalhos, que deverá ser celebrado no prazo máximo de trinta após a data da assinatura do presente contrato, assumindo o segundo outorgante o compromisso de ter a empreitada totalmente concluída dentro do citado prazo.

Cláusula 3ª

Prazo de Garantia da Obra

1. O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:

- a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais.
- b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos



não estruturais ou instalações técnicas.

c) 2 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

2. Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3. Excetuam-se do disposto no nº1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 4ª

Pagamentos

1 - Os pagamentos a efetuar pelo primeiro outorgante têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com a Cláusula 18.ª do Caderno de Encargos da empreitada objeto do presente contrato, bem como na Cláusula 25ª do mesmo Caderno.

2 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.

Cláusula 5ª

Revisão de Preços

A revisão de preços será feita em conformidade com o Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo aplicada a fórmula tipo prevista no n.º 2, da cláusula 29ª, do caderno de encargos da empreitada.

Cláusula 6ª

Dotação Orçamental

A empreitada consta do Plano Plurianual de Investimentos/Orçamento do primeiro outorgante para o corrente ano, tendo o encargo resultante deste contrato cabimento na rubrica com a seguinte classificação: Orgânica/Económica: 0300/07010307; Ação PPI n.º 15P007, Proposta de Cabimento nº 995; Compromisso n.º 1193 e Requisição Externa de Despesa n.º 626.

Cláusula 7ª

Foro Competente

Para a resolução de eventuais litígios, decorrentes do presente contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 8ª

Prevalência

1 - Consideram-se como condições a observar na execução da empreitada as expressas no contrato, no Caderno de Encargos e documentos complementares - Memória descritiva e Justificativa/Mapa de medições e Peças Desenhadas, Condições Técnicas e Plano de Segurança e Saúde - e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o Caderno de Encargos e os outros documentos complementares e em último lugar a proposta que foi apresentada pelo segundo outorgante.

Cláusula 9ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e demais legislação aplicável.

Cláusula 10ª

Disposições finais

1 - Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.

2 - O procedimento por ajuste direto - regime geral relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 27 de Abril de 2017.

3 - Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

Pelos outorgantes foi dito que aceitam o presente contrato nos termos exarados, obrigando-se assim as partes ao seu exacto cumprimento.

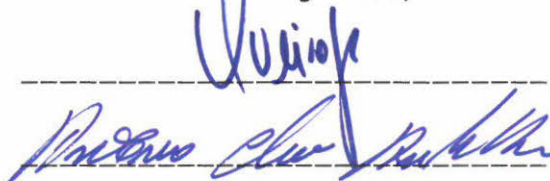
Assim o disseram e outorgaram por minuta aprovada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de 19 de maio de 2015, documento que me foi apresentado pelos outorgantes e que arquivo.

Pelo segundo outorgante foram ainda apresentados os seguintes documentos:

- 1 - Certidão (consulta), emitida pelo Serviço de Finanças de Boticas em 09 de Maio de 2017 e comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 2 - Certidão (consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 09 de Maio de 2017 e comprovativa da firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação contributiva devidamente regularizada;
- 3 - Alvará de Construção n.º 69717;
- 4 - Certificados de Registo Criminal dos gerentes da firma;
- 5 - Declaração nos termos da alínea a), do n.º1, do artigo 81º, do Código dos Contratos Públicos.

O presente contrato foi lido e explicado aos outorgantes, depois do que vai ser assinado por ambos e por mim, Oficial Público.

Os Outorgantes,



O Oficial Público,

